Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O São Paulo Class.: RO 150

Data: 27/06 a 03/07/86 Pg.: 10

Polonoroeste e hidrelétricas ameaçam os índios em Rondônia

Colonos, seringueiros, ecólogos e técnicos do governo debateram consequências dos projetos de colonização e denunciaram o perigo.

A pavimentação da BR-429, entre outras obras previstas pelo Polonoroeste, e a projetada construção de três hidrelétricas em Rondônia, ameaçam a sobrevivência das comunidades indígenas desse Estado, particularmente os grupos ainda não-contratados, como os Uru-eu-Wau-Wau, os Aruá (tupi-Mondé), os Karitiana e os Karipuna. A advertência foi levantada durante o seminário "A Década da Destruição", promovido, de 10 a 12 de junho, em Porto Velho, pela Universidade Católica de Goiás, (UCG), Secretaria de Agricultura e Abastecimento de Rondônia, Conselho Nacional de Seringueiros e União das Nações Indígenas.

A partir da série de filmes "A Década da Destruição", produzida pela UCG, índios, colonos, seringueiros, ecologistas e técnicos de órgãos governamentais debateram as consequências dos projetos de colonização em implementação na Amazônia e, particularmente, em Rondônia, sobre o meio ambiente e a vida das comunidades da região. No final, os participantes foram divididos em três grupos — "O pequeno produtor rural em Rondônia", "A garantia de sobrevivência das comunidades indígenas em Rondônia" e "Alternativas para o manejo sustentável de recursos florestais" — que elaboraram documentos com as principais reivindicações dos segmentos atingidos pelos projetos de desenvolvimento, depois encaminhados aos organismos competentes. Os documentos foram entregues diretamente ao governador Angelo Angelin, por uma comissão escolhida em plenário.

O "ELDORADO" DO REGIME

O desmatamento indiscriminado, as invasões das áreas indígenas e de seringueiros, a poluição dos rios pelas atividades mineradoras, segundo a opinião da maioria dos participantes do seminário de Porto Velho, são reflexos da transformação de Rondônia no "Eldorado" do regime militar, conforme maciça propaganda veiculada pelos principais órgãos de comunicação no sul do País. Assim, os problemas sociais nos demais estados brasileiros, particularmente do sul e sudeste, foram de certa maneira "transferidos" para Rondônia. A indecisão do governo federal quanto à reforma agrária, por outro lado, apenas agrava a situação nas regiões de atração, como é o caso de Rondônia. Assim, mais e mais migrantes, expulsos de suas terras, acabam dirigindo-se para aquele estado.

De fato, Rondônia é o estado que, no momento, atrai mais migrantes no Brasil. De 1977 e 85, foram cadastrados 539.978 migrantes, ou 89.991 famílias, tomando-se a base de seis pessoas por família. Em 85, chegaram 150 mil novos migrantes. A grande maioria delas é originária do Paraná e as cidades rondonenses que mais recebem migrantes têm sido, pela ordem, Cacoal (21,1%), Porto Velho (15,3%) e Ji-Paraná (15,2%), de acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra — CPT|RO. A confirmação de que os migrantes que chegam a Rondônia foram realmente expulsos de suas áreas de origem, em razão das suas más condições de vida, está, para a CPT, no número de pequenas propriedades rurais vendidas no Paraná: 100.385, entre 1970 e 80, e 6.651, apenas no oeste paranaense, de maneira particular em Cascavel, onde 3.200 pequenas propriedades passaram para as mãos de grandes fazendeiros.

CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE

Em Rondônia, ao contrário do que divulga a propaganda oficial, a situação fundiária não é menos concentrada. Dos 24.304.480 hectares correspondentes à área total do estado, 9.363.099 ja pertencem a latifundiários, 6.280.000 ja estão nas mãos de grileiros e apenas 2.724.624 Ha são referentes aos projetos de colonização. A consequência do imenso fluxo migratório, em contrapartida à concentração fundiária: 50 mil famílias sem-terra. E as metas regionais do Plano de Reforma Agrária são consideradas igualmente tímidas: 2.300 assentamentos em 1986, 4.500 em 87, 6.800 em 88 e 7.700 em 89. Esse fato, para as entidades que lidam com a questão da terra em Rondônia, apenas irá agravar a situação dos mais prejudicados pela desigualdade na distribuição de terras: as comunidades nativas, principalmente indígenas e de seringueiros.

Neste sentido, algumas obras em implementação no estado, como a pavimentação da BR-429, apenas irão contribuir no acirramento dos conflitos, afirmaram muitos participantes do seminário "A década da destruição". As maiores queixas partiram dos indigenistas e dos próprios representantes indígenas, que pintaram um quadro desolador da situação das comunidades autóctenes na região. A pavimentação da BR-429, no momento, constitui a preocupação primordial das entidades indigenistas e grupos indígenas, dois, ao facilitar a atração de novos migrantes, pode estimular o aumento das invasões às áreas indígenas.

A pavimentação da BR-429 é uma das obras previstas no Polonoroeste, projeto de desenvolvimento e colonização financiado, entre outros organismos, pelo Banco Mundial. A construtora Mendes Júnior iniciou a obra em 1984, mas, diante da pressão de entidades indigenistas e ecologistas, o Banco Mundial chegou a suspender os recursos destinados ao Polonoroeste, pois o governo de Rondônia não estava cumprindo com as cláusulas alusivas a preservação do meio ambiente e das áreas indígenas. Depois, novamente os recursos seriam liberados, e a pavimentação da BR-429 está a cargo da Camargo Correia, com prazo de dois anos para a execução dos serviços.

CORTANDO O PARQUE NACIONAL

Ligando Presidente Médici, na BR-364 (Cuiabá-Porto Velho), a Costa Marques, e perfazendo 350 quilômetros, a BR-429 irá constituir-se na principal via de acesso ao Vale do Guaporé. Segundo o padre Manoel Valdez, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a rodovia deverá passar a 30 quilômetros do Parque Nacional dos Pakaá-novos, com graves prejuízos para os indígenas que ali se encontram, como os Uru-eu-Wau-Wau, ainda não contatados e calculados em mil indivíduos. Os Uru-eu-Wau-Wau, assim como os Karitiana e Karipuna, estão, portanto, claramente ameaçados pela construção da BR-429, e o documento do grupo que discutiu a questão indígena em Rondônia, durante o seminário "A década da destruição", pede, de maneira incisiva, a imediata suspensão do trabalho de pavimentação da rodovia.

A projetada construção das hidrelétricas de Samuel (Rio Jamari), Ji-Paraná (próximo à Cachoeira Monte Cristo) e Ávila, no sudeste do estado, também preocupam às entidades ecológicas e indigenistas, pois irão, fatalmente, afetar a vida dos Uru-eu-Wau-Wau, Gavião e Tucano, respectivamente. O acelerado desmatamento de Rondônia — 15% do estado encontram-se devastados — prejudicando os seringueiros sobreviventes, foi outra preocupação marcante no seminário realizado em Porto Velho, quando se denunciou a presença de inúmeras madereiras clandestinas, inclusive nas áreas indígenas que deveriam estar demarcadas, também violadas pelas atividades de mineração.